

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.568 - RS (2019/0110563-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CQG CONSTRUÇÕES OFFSHORE S.A
ADVOGADOS : ALEXANDRE GHAZI - RJ070771
PRISCILA MARIA CARVAS MONTEIRO DE SÁ DUARTE E
OUTRO(S) - SP252568
FILIPPE MANETTA MARQUEZIN - SP306016
AGRAVADO : ANDAIME PROJETOS LOCAÇÕES E MONTAGENS LTDA
ADVOGADO : JORGE LUIS ZANON E OUTRO(S) - RS014705

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **CQG CONSTRUÇÕES OFFSHORE S/A**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 826/836 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 610, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA.

I. Preliminar de razões dissociadas. Afastada.

Razões recursais atacam satisfatoriamente os termos da sentença, de modo que nenhuma nulidade há de ser declarada na espécie.

II. Nulidade da sentença. Não configurada. A sentença preenche todos os requisitos legais, não havendo se falar em ausência de motivação, error in iudicando, obscuridade ou qualquer outro vício.

III. Exceção do contrato não cumprido. Afastada.

A devolução das retenções dispensa o atendimento das exigências da cláusula de apresentação de documentos, bem como, cabia à ré, ora apelante, comprovar a existência de pendências de ações judiciais decorrentes do inadimplemento da empresa autora, ônus do qual não se desincumbiu. Sentença mantida.

IV. Honorários sucumbenciais majorados, por expressa previsão legal.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 652/656, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação de cobrança decorrente de contrato de prestação de serviços de montagem, desmontagem e adequações de estruturas de andaimes. O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido, a fim de reconhecer crédito em favor da parte autora. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 140, 371, 373, 374, 495, 1.016 e 1.022 do CPC/15, 406 e 476, do CC/02 e 161 do CTN. Sustenta, em síntese: i) houve negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal não se manifestou sobre os dispositivos legais para fins de prequestionamento; ii) o pedido de cobrança deve ser julgado improcedente, ante a

ausência de comprovação; e, por fim iii) deve ser aplicado como fator de correção monetário a taxa selic.

Contrarrazões às fls. 771/825, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: i) ausência de prequestionamento; ii) inexistência de negativa a prestação jurisdicional; e iii) rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 840/872, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente objetiva refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 912/983, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. Inicialmente, verifica-se que a apontada violação do art. 1.022, do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca do débito devido, porém em sentido contrário ao pretendido pela agravante. É, aliás, o que se observa dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 619/620, e-STJ):

"No caso dos autos, **não se verifica a arguida exceção do contrato não cumprido**, primeiro porque a devolução das retenções dispensa o atendimento das exigências da cláusula de apresentação de documentos, e segundo porque, como bem destacou o juízo de primeiro grau, caberia à ré, ora apelante, comprovar a existência de pendências de ações judiciais decorrentes do inadimplemento da empresa requerente, ônus do qual não se desincumbiu. Destarte, **não há outro modo senão o de solucionar a lide com base no ônus da prova, e, nesse sentido, tendo a comprovado o fato constitutivo de seu direito**, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, inclusive juntando a certidão negativa da Justiça do Trabalho local que evidencia a inexistência de ações trabalhistas em face da contratada/apelada (documento exigido pela ré quando da solicitação de devolução das retenções e apresentado pela recorrida durante as tratativas para quitação do débito pendente), **demonstra-se imperativa a manutenção da decisão recorrida, consubstanciada na procedência da demanda**".

Portanto, consoante a jurisprudência desta Casa, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados no recurso quando tenha encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litígio.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO

DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido apresenta fundamentos suficientes para embasar a decisão, enfrentando todas as questões pertinentes para a solução da lide e manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

(PET no AREsp 489.892/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

2. No que respeita à afronta do disposto nos artigos 406 do CC e 161 do CTN, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

3. Na hipótese, para afastar a afirmação contida no acórdão guerreado no sentido de que **não se verifica a arguida exceção do contrato não cumprido, bem como a parte recorrida logrou em comprovar o fato constitutivo do seu direito, no caso, o crédito proveniente do contrato de prestação de serviços** (fls. 619/6120, e-STJ), seria necessário promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via eleita, a teor do óbice da súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO DE CRÉDITO. NOTA PROMISSÓRIA. AGIOTAGEM. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA (ART. 333, II, DO CPC). REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não se constata a alegada violação ao art. 535 do CPC, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexiste omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela parte recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Ressalta-se que não se pode confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional.

2. No que toca à suscitada ofensa ao art. 333, II, do CPC, também não merece amparo a irresignação, haja vista que a Corte local,

confirmando a sentença, afirma que, sobre a questão relacionada à agiotagem, nenhuma prova foi produzida. Nesse contexto, a aferição do êxito do autor ou do réu em comprovar suas alegações (art. 333 do CPC), ou seja, se cumpriu seu ônus probatório, demandaria novo exame dos documentos juntados aos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 826.840/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. REEXAME DE CONTRATO E CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. ENTENDIMENTO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. A modificação das conclusões do acórdão recorrido - fundadas na prova pericial e no contexto probatório dos autos -, a fim de se reconhecer a incidência da exceção de contrato não cumprido, demandaria o reexame de matéria de fato.

4. Inadmissível recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 691.511/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 15/12/2017)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. RESCISÃO. CULPA CONCORRENTE. MULTA CONTRATUAL. INEXIGIBILIDADE. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ART. 535, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535, II, do CPC, pois embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. A análise das razões recursais e a reforma do aresto hostilizado, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. A parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 394.808/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/11/2015, DJe 09/11/2015)

4. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Confira-se::

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

5. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator